

# Informações de natureza contábil e gestão do caixa: Um levantamento sobre sua utilização pelas micro e pequenas indústrias de Marechal Cândido Rondon (PR)

Luana Bruxel Heinen  
Dione Olesczuk Soutes

## RESUMO

As micro e pequenas empresas vêm se destacando na economia nacional, porém apresentam baixa taxa de sobrevivência devido a sua fragilidade gerencial. Um dos principais problemas que estas empresas enfrentam é com a gestão do caixa, tomando decisões sem base em dados confiáveis. Partindo dessa realidade, o objetivo principal da pesquisa foi identificar quais as informações de natureza contábil são utilizadas pelas micro e pequenas indústrias da cidade de Marechal Cândido Rondon – Paraná. Também se buscou identificar o perfil destas indústrias e o perfil dos gestores. A pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como exploratória, quanto aos procedimentos, como de levantamento e bibliográfica, e quanto à abordagem do problema, como qualitativa. A amostra foi constituída por micro e pequenas indústrias cadastradas no Setor de Alvará da Prefeitura Municipal, totalizando 212 empresas; destas foram descartadas 47 empresas individuais, 21 não localizadas na sede municipal, 14 que possuíam apenas alvará, 3 desativadas e 13 de médio e grande porte, restando uma amostra de 114 empresas, com obtenção de respostas de 89 indústrias, o correspondente a 78%. Os dados foram coletados por meio de questionário entregue nas indústrias. Os resultados apontam que as informações mais utilizadas na gestão do caixa são: o controle de caixa, monitoramento das contas a receber, controle das contas a pagar, consulta da área de compras à área financeira, análise de recursos a serem investidos em salários, análise da liquidez e da posição de caixa para planejar o volume e a maneira certa para distribuir lucros.

## 1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas vêm se destacando na economia nacional, pois conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citado pelo Jornal O Presente (2009), respondem por 20% do PIB nacional e 24% do faturamento total das empresas brasileiras. Foram também responsáveis por 60,8% dos postos de trabalho formais gerados em setembro de 2009, sendo a indústria o setor que mais contratou funcionários.

No Paraná foram criadas diversas medidas a favor das micro e pequenas empresas, porém a condição determinante para a continuidade e prosperidade destas é a gestão eficiente. As micro e pequenas empresas precisam estar preparadas para enfrentar a competitividade do mercado, utilizando-se da contabilidade gerencial e assegurando, assim, sua sobrevivência e crescimento.

No entanto, investigações feitas em torno deste tema mostram outra realidade. Em pesquisa realizada com as micro e pequenas empresas da Região do Seridó Potiguar, em Natal – Rio Grande do Norte, Queiroz (2005) apurou que as informações contábeis recebidas não atendem integralmente às necessidades dos gestores, e estes produzem suas próprias informações para efeito de tomada de decisão.

Em outra pesquisa, feita por Costa, Hahn e Pires (2004), no Polo Industrial de Confecções da Glória, no município de Vila Velha – Espírito Santo, verificou-se que o contador tem desenvolvido um trabalho mais voltado para a área fiscal, deixando de se preocupar com a contabilidade como ferramenta de auxílio

ao andamento das empresas.

De acordo com Fedel, Schuck e Zanchet (2007), em pesquisa desenvolvida com escritórios de contabilidade e pequenas empresas de Marechal Cândido Rondon e Toledo, no Paraná, os empresários mostram pouco interesse pelas informações geradas pela contabilidade. Dentro da mesma perspectiva Fedel e Schuck (2008), em estudo promovido com as empresas que contratam serviços do Escritório Contábil Unitécnico, na cidade de Marechal Cândido Rondon – Paraná, concluíram que estas organizações possuem uma demanda diferenciada do objetivo da contabilidade de fornecer informações úteis e relevantes que auxiliem o processo decisório, visto a procura neste escritório ser principalmente por serviços de atendimento às obrigações fiscais, escrituração fiscal/contábil e às obrigações trabalhistas/previdenciárias.

Diante do cenário exposto, lança-se a seguinte questão de pesquisa: Quais as informações de natureza contábil os gestores das micro e pequenas indústrias da cidade de Marechal Cândido Rondon utilizam na gestão do caixa da empresa?

Por informações de natureza contábil entendem-se aquelas decorrentes da atividade operacional da empresa, independentemente de serem elaboradas pelo setor contábil ou pelos próprios gestores.

Por micro e pequenas indústrias entende-se a definição da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, pela qual se consideram microempresas e empresas de pequeno porte aquelas que se enquadrem dentro dos limites de receita

bruta em cada ano-calendário.

Por gestão do caixa entende-se o ato de administrar, planejar, organizar, controlar e decidir sobre o caixa da entidade.

Com os resultados desta pesquisa é possível ter o conhecimento das informações de natureza contábil utilizadas pelas micro e pequenas indústrias no processo de gestão do caixa, o que poderá auxiliar o contador na adequação dos dados gerados pela contabilidade de forma que se tornem úteis para as empresas, auxiliando no processo de gestão do caixa. Dessa forma, a contabilidade estará alcançando seu objetivo básico.

A pesquisa também se justifica pelo fato de a maioria dos trabalhos anteriores realizados na área de gestão do caixa serem classificados como estudos de caso, ao passo que esta abrange uma amostra mais ampla, já que inclui todas as micro e pequenas indústrias da cidade de Marechal Cândido Rondon – Paraná.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 As micro e pequenas empresas e a gestão do caixa

As micro e pequenas empresas representam um dos pilares de sustentação da economia brasileira, pois têm enorme capacidade de gerar empregos, estimulam iniciativas individuais e coletivas e ainda distribuem renda de forma igualitária (KOTESKI, 2004). Porém, as empresas deste porte apresentam baixa taxa de sobrevivência, e os fatores que contribuem para a sua alta taxa de mortalidade são os aspectos gerenciais e a fragilidade administrativa e organizacional (LACERDA, 2006).

O maior desafio das micro e pequenas empresas é sobreviver em um mercado competitivo, e a contabilidade pode ser uma grande aliada, servindo como instrumento de gestão e fornecendo informações adequadas para a tomada de decisões, tornando-se, desta forma, vital para a continuidade das instituições.

Acredita-se que uma das principais dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas seja com a gestão do caixa. Quase todas passam por problema com saldo de caixa limitado em algum momento de suas vidas, algumas durante muitos anos, acarretando um desequilíbrio que geralmente é consequência da gestão inadequada do caixa (FERREIRA; SILVA, 2007).

Devido a este problema torna-se necessário estudar com maior profundidade a gestão do caixa nestas empresas, tema que será abordado na sequência.

### 2.2 Definição de caixa

Para Assaf Neto (2008, p. 543) o termo caixa

(...) refere-se a ativos de liquidez imediata, ou seja, recursos monetários armazenados pela empresa e saldos mantidos em contas correntes bancárias (de disponibilidade imediata). Representa valores que podem ser usados a qualquer momento em pagamentos de diversas naturezas.

Cherobim, Lemes Júnior e Rigo (2010) afirmam que o caixa, também denominado disponível, representa os ativos de liquidez imediata, e sua utilização independe de ações de terceiros ou de outras que não a do seu uso. Para estes autores, caixa são valores em moeda mantidos na tesouraria da empresa

ou depositados em contas-correntes bancárias de liquidez imediata e livres para serem usados a qualquer momento, abrangendo ainda valores aplicados no mercado financeiro de grande liquidez e risco minimizado.

Essas definições de caixa apresentam duas pequenas diferenças. A primeira é que Cherobim, Lemes Júnior e Rigo (2010) afirmam que a utilização do caixa independe da ação de terceiros, o que não consta no conceito de Assaf Neto (2008). E a segunda diferença refere-se a valores aplicados no mercado financeiro de grande liquidez, que são considerados por Cherobim, Lemes Júnior e Rigo (2010) como caixa, porém, para Assaf Neto (2008), esses valores não fazem parte.

Além das duas definições apresentadas anteriormente, Marion (2006) afirma que o caixa representa o dinheiro à disposição da empresa, e inclui também cheques que ainda não foram depositados, porém recebíveis imediatamente. Para este autor, o caixa faz parte do disponível, que engloba ainda os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, considerados equivalentes de caixa.

Percebe-se que Marion (2006) tem uma visão um pouco diferenciada dos demais autores, pois ele reduz o caixa apenas ao dinheiro à disposição da empresa e cheques recebíveis imediatamente, considerando que os valores em conta-corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata são equivalentes de caixa e não fazem parte do caixa propriamente dito, apenas são englobados no disponível juntamente com o caixa.

Outra observação passível de ser feita refere-se ao objetivo do caixa para os autores citados: observa-se que Assaf Neto (2008) foca a percepção de risco envolvido no gerenciamento dos valores, Cherobim, Lemes Júnior e Rigo (2010) demonstram preocupação com o controle dos recursos e Marion preocupa-se com disponibilidade e possível utilização dos recursos.

Para esta pesquisa utiliza-se a definição apresentada por Marion (2006). Portanto, quando se emprega a expressão caixa, entende-se que seja o dinheiro à disposição da empresa, em espécie ou em cheques, valores mantidos em contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com característica de liquidez imediata.

Nas empresas o caixa se faz necessário para manter as atividades que nela são desenvolvidas diariamente. A seguir apresentam-se, de forma detalhada, os motivos que levam as empresas a manter recursos no caixa.

### 2.3 Motivos para demanda de caixa

Keynes (1982), citado por Assaf Neto (2008), identificou três motivos para as empresas manterem determinado nível de caixa: motivo-negócio, precaução e especulação.

Para Assaf Neto (2008), no primeiro motivo, também conhecido como motivo-transação, o que determina a demanda por caixa é a falta de sincronização entre os momentos de recebimentos e vencimentos dos compromissos e, como tal sincronização é praticamente impossível, torna-se necessário manter recursos monetários em caixa para sustentar as atividades normais.

O segundo motivo refere-se à precaução, ligada ao fato de que podem ocorrer certas despesas imprevistas e extra-

ordinárias nos negócios, sendo que quanto maior for o saldo em caixa mantido pela empresa para enfrentar essas exigências monetárias inesperadas, maior será sua margem de segurança (ASSAF NETO, 2008).

O terceiro motivo para a demanda de caixa pela empresa está relacionado à especulação. De acordo com Assaf Neto e Silva (2002, p. 86) “neste caso, a existência de recursos em caixa decorre da perspectiva de uma oportunidade futura para fazer negócios”.

Segundo os autores, a situação ideal para uma empresa que tem um controle total sobre sua liquidez seria saldo de caixa zero, porém esta posição não é possível, pois existem vários fatores, além dos três citados, que influenciam a necessidade de um nível mínimo de caixa.

Além de conhecer os motivos para demanda de caixa, também é importante identificar quais os tipos de recursos ingressam no caixa e de que forma estes são desembolsados.

## 2.4 Principais ingressos e desembolsos do caixa

Zdanowicz (1986) apresenta as principais entradas e saídas financeiras do caixa, que caracterizam o fluxo financeiro de uma empresa. Para este autor, os principais ingressos no caixa ocorrem por vendas à vista ou recebimento de vendas a prazo, aumento do capital social, venda de imobilizado, receitas com aluguéis, resgate de aplicações e recebimento de empréstimos concedidos; e por outro lado, os principais desembolsos são para financiar o ciclo operacional, pagar empréstimos e financiamentos captados, adquirir bens do imobilizado e aplicar no mercado financeiro.

De acordo com Zdanowicz (1986), os ingressos de caixa ocorrem em intervalos regulares, e os desembolsos podem ser classificados como regulares, periódicos e irregulares. Conforme o autor, os desembolsos regulares se referem a pagamento de salários, fornecedores, despesas de vendas, entre outros; já os periódicos englobam pagamento de juros, amortização de empréstimos e financiamentos, dividendos e retiradas dos sócios; e, por fim, os irregulares, que compreendem os desembolsos por aquisição de imobilizado e despesas inesperadas.

Para alcançar a eficiência na gestão do caixa, outro fator indispensável é identificar o ciclo operacional e o ciclo de caixa da empresa.

## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A contabilidade subdivide-se em gerencial e societária. A contabilidade gerencial apresenta maior liberdade quanto aos seus procedimentos e periodicidade. Para facilitar o desenvolvimento desta pesquisa e empregar um modelo único para a avaliação da gestão do caixa, utilizou-se o relatório padronizado da contabilidade societária, denominado Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme Marion (2006, p. 426), “[...] indica a origem de todo o dinheiro que *entra* no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que *saiu* do Caixa em determinado período, e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro”. (grifo do autor)

Assaf Neto e Silva (2002) destacam que o fluxo de caixa é de fundamental importância para as empresas, tornando-se indispensável para o processo de decisões, pois possibilita o planejamento e controle dos recursos financeiros.

De acordo com Marion (2006), a DFC propicia ao gerente financeiro a elaboração do planejamento, por meio do qual se saberá o momento certo de aplicar no mercado financeiro o dinheiro em excesso na empresa, ou ainda o momento para contrair empréstimos para cobrir a falta de dinheiro, proporcionando assim maior rendimento para a empresa.

### 2.5.1 Métodos de apresentação da DFC

A DFC pode ser elaborada de duas formas: método indireto ou método direto. Conforme Marion (2006), a escolha por um dos métodos para a preparação da DFC depende dos interesses dos usuários desta demonstração.

“O método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é também chamado de método da reconciliação” (FIPECAFI, 2007, p. 445). Ainda de acordo com a Fipecafi (2007) este método faz a ligação entre o caixa gerado pelas operações e o lucro líquido evidenciado na Demonstração de Resultados do Exercício. Partindo do lucro líquido fazem-se os ajustes necessários, ou seja, as adições e subtrações dos itens que afetam o lucro e não afetam o caixa, e dos que afetam o caixa e não afetam o lucro, chegando então à variação do caixa no período.

Contudo, a DFC apresentada pelo método indireto deixa lacunas importantes na evidenciação das informações, pois, apesar de mostrar a variação ocorrida no caixa, não demonstra em valores efetivos as diversas entradas e saídas de dinheiro (MARION, 2006).

“O método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados” (FIPECAFI, 2007, p. 445).

Conforme Marion (2006), muitos autores consideram a DFC elaborada pelo método direto como o verdadeiro fluxo de caixa, pois nela são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que efetivamente ocorreram e influenciaram a variação do caixa no período.

Ao contrário do método indireto, que parte do lucro líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, o método direto parte das vendas, de seus valores efetivamente recebidos, e a partir daí considera todos os recebimentos e pagamentos decorrentes das operações ocorridas no período (MARION, 2006).

Ambos os métodos levam ao mesmo fluxo de caixa operacional, porém, particularmente para as micro e pequenas empresas e para fins de gestão do caixa, a Demonstração dos Fluxos de Caixa elaborada pelo método direto é mais adequada, pois, como afirmado anteriormente, é de fácil compreensão e traz informações detalhadas sobre as variações financeiras ocorridas na empresa em determinado período.

### 2.5.2 Classificação das movimentações de caixa por atividade

Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa as movimentações são classificadas por grupos de atividade, levando em consideração a natureza da transação de origem dos pagamentos e recebimentos (Fipecafi, 2007). Dessa forma, as movimentações de caixa são classificadas em três atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, que serão abordadas na sequência.

De acordo com a Fipecafi (2007, p. 442), as atividades operacionais “[...] envolvem todas as atividades relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividades de investimento e financiamento”. Marion (2006) afirma que estas abrangem as transações relacionadas com a consecução do objeto social da empresa. As atividades operacionais relacionam-se com as transações apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício.

As atividades de investimento, segundo a Fipecafi (2007, p. 442), estão relacionadas com os aumentos e diminuições dos ativos de longo prazo dos quais a empresa se utiliza para produzir bens e serviços, e “incluem a concessão e recebimento de empréstimos, a aquisição e venda de instrumentos financeiros e patrimoniais de outras entidades e a aquisição e alienação de imobilizado”.

Ainda conforme a Fipecafi (2007), as atividades de financiamento estão relacionadas com empréstimos de credores e investidores para a empresa. Marion (2006) traz como atividades de financiamento as transações referentes à obtenção de recursos com os proprietários da empresa e a remuneração ao capital próprio em forma de distribuição de dividendos, além de toda captação de empréstimos e outros recursos com credores, e sua amortização.

### 2.6 Planejamento financeiro

Planejamento financeiro, de acordo com Groppelli e Nikbakht (2001, p. 364), “[...] é o processo de estimar a quantia necessária para continuar as operações de uma companhia e de decidir quando e como a necessidade de fundos seria financiada”.

O planejamento financeiro é um instrumento que serve como base para analisar o comportamento futuro da empresa, auxiliando no alcance do rendimento máximo dos recursos aplicados e oferecendo orientação para que atinja seus objetivos (TUNG, 2001).

De acordo com Gitman (2004), o processo de planejamento financeiro começa com a formulação dos planos financeiros de longo prazo, os quais posteriormente orientam a elaboração de orçamentos a curto prazo.

O planejamento financeiro de longo prazo, também conhecido como estratégico, estipula medidas financeiras e o impacto que se espera para o período de dois a dez anos, representando um importante componente de orientação para a empresa em relação a metas estratégicas, e inclui gastos com imobilizado, pesquisa, desenvolvimento, entre outros (GITMAN, 2004).

Já o planejamento financeiro de curto prazo, conforme Gitman (2004), também chamado de operacional, determina providências financeiras de curto prazo e o impacto causado por elas, abrangendo normalmente o período de um a dois anos. O autor afirma que o planejamento de curto prazo começa com a previsão de vendas, partindo para os planos de produção, em que são estimados gastos com matéria-prima, mão de obra e outras despesas, e assim torna-se possível elaborar as demonstrações projetadas e, por fim, o orçamento de caixa.

### 2.7 Pesquisas anteriores

Ao fazer uma pesquisa, é necessário conhecer o que já foi pesquisado sobre o tema. A maioria dos estudos anteriores encontrados tem uma abordagem diferente deste, com enfoque na utilização do fluxo de caixa na gestão financeira da empresa, e as pesquisas que têm alguma ligação com esta constituem, principalmente, estudos de caso.

A pesquisa realizada junto às microempresas da região central de Curitiba, no estado do Paraná, por Oliveira, Spessatto e Toledo Filho (2010), aponta que 72% utilizam-se do fluxo de caixa, porém, a maioria não tem conhecimento suficiente para usá-lo na gestão do caixa. Quanto a controles paralelos, a mesma pesquisa mostra que 17% controlam as contas a pagar, 50% as contas a pagar e a receber, 11% as contas a pagar, planejamento e orçamento e 17% as contas a pagar, a receber, planejamento e orçamento. Os demais respondentes não manifestaram opinião nesta questão.

Machado e Silva (2010) promoveram um estudo de caso na empresa Guida Confeccões e concluíram que a administração de seu fluxo de caixa é ineficiente, pois não há planejamento das entradas e saídas, sendo concedidos créditos com prazo além de sua capacidade.

Já o estudo de caso feito por Pereira e Souza (2008), em uma empresa industrial da região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, mostra que a administração de caixa desta empresa tem se mostrado eficiente, tanto na destinação dos recursos quanto na previsão de sua falta. A organização pesquisada utiliza-se do fluxo de caixa atualizado diariamente, elabora orçamento de caixa e faz a confrontação dos valores orçados com os reais. Quanto ao excedente de recursos, a empresa o aplica no mercado financeiro, permanecendo no caixa apenas a quantia necessária para dar continuidade à atividade da empresa.

Outro estudo de caso, efetuado por Cardeal (2006) em três empresas de pequeno porte do setor hoteleiro de Salvador, na Bahia, verificou que a administração do caixa ocorre com a utilização do fluxo de caixa e acompanhamento diário dos recebimentos e pagamentos, além da visualização das entradas e saídas futuras, possibilitando prever as necessidades posteriores de caixa. O principal problema nestas empresas, segundo Cardeal (2006), é a ausência de conhecimento para elevar a rentabilidade por meio da otimização dos recursos em caixa.

A pesquisa realizada por Kaspiczak e Scandelari (2006) mostra que as micro e pequenas empresas da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, apresentam falhas na gestão financeira, sendo que a maioria tem controles de estoque e de recebimentos, co-

nhecem a sazonalidade no ramo em que atuam, porém o que falta é o planejamento da situação econômica e financeira.

Chaves (2005), em pesquisa sobre orçamento de caixa com empresas de confecção inseridas no arranjo produtivo local de Piripiri, no Piauí, concluiu que apenas 33% dos empresários utilizam o orçamento de caixa para tomada de decisão e possuem um bom conhecimento sobre ele, e 67% dos entrevistados têm dificuldades no uso do orçamento de caixa como ferramenta de gestão.

Na sequência é apresentada a trajetória metodológica adotada para o desenvolvimento da pesquisa.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Beuren (2004) as tipologias de delineamentos de pesquisas aplicáveis à Contabilidade dividem-se em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema. A presente pesquisa classifica-se como exploratória, quanto aos objetivos; como levantamento ou *survey* e bibliográfica, quanto aos procedimentos; e qualitativa, quanto à abordagem do problema, pois visa destacar características não observadas por meio de estudo quantitativo.

A amostragem classifica-se como por acessibilidade ou conveniência. Segundo Gil (1999 *apud* BEUREN, 2004) neste tipo de amostragem o pesquisador obtém os elementos a que tem acesso com maior facilidade, admitindo que representem de forma adequada a população.

A amostra foi composta pelas micro e pequenas indústrias da cidade de Marechal Cândido Rondon – Paraná, cadastradas no Setor de Alvará da Prefeitura Municipal. Esta relação continha 212 empresas, sendo descartadas inicialmente: 47 empresas individuais, 21 empresas que não se localizavam na sede municipal, 14 que possuíam apenas alvará, 3 desativadas e 13 de médio e grande porte, restando 114 empresas. Destas, 11 não foram localizadas e 14 não se dispuseram a participar da pesquisa. Portanto, foram recebidos 89 questionários respondidos, totalizando 78% da amostra.

A coleta dos dados se deu por meio de questionário formulado a partir do referencial teórico e composto por três módulos: (1) Perfil da Empresa: com 3 perguntas que objetivaram identificar a faixa de funcionários, faturamento médio anual e a forma com que é feita a contabilidade da empresa; (2) Perfil do Gestor Financeiro: inclui 5 questões com a finalidade de identificar a formação do gestor, gênero, idade, tempo em que atua na área e a relação com a empresa; (3) Gestão de Caixa, com 21 questões que visaram identificar quais informações as micro e pequenas indústrias utilizam na gestão do caixa, englobando, além da gestão, os itens que a influenciam, como contas a receber, a pagar, planejamento tributário, gestão salarial, imobilizado, investimentos, distribuição de lucros, empréstimos e orçamento.

Os questionários foram entregues diretamente nas empresas da amostra. Em alguns casos os gestores respondiam o questionário no momento da entrega, dispensando nova visita para retirar o questionário respondido. Em outros, o questionário foi deixado na empresa e retirado em momento posterior, sendo

que em algumas foram necessárias de três a quatro visitas até o recebimento do questionário.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, a qual se preocupou em descobrir as características de um fenômeno, comparando os dados coletados com o referencial teórico que fundamenta a pesquisa.

Como limitação do estudo pode-se citar o fato de a amostra ter sido por conveniência, o que impede a generalização dos resultados.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Perfil da empresa

Este primeiro módulo, denominado Perfil da empresa, é composto por três questões, que identificaram a faixa de funcionários, sua média de faturamento anual e o tipo da contabilidade.

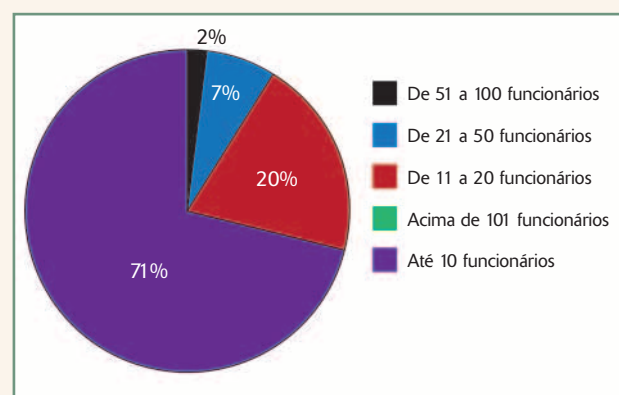


Figura 1 – Faixa de funcionários das indústrias da amostra

Fonte: Elaborada pelos autores

Constata-se que as indústrias da amostra enquadram-se como micro e pequenas empresas.

Outra forma de verificar se as indústrias da amostra são realmente micro e pequenas empresas é por meio do faturamento médio anual. Na amostra pesquisada apurou-se que 41% das empresas possuem faturamento anual até R\$ 120.000,00, e 31% faturamento entre R\$ 120.000,01 e R\$ 240.000,00. Portanto, 72% das empresas que responderam ao questionário são microempresas.

Verificou-se também que as indústrias de Marechal Cândido Rondon possuem, em sua maioria, até 10 funcionários, e todos responderam que a contabilidade é externa, ou seja, não é feita dentro da empresa, mas sim por um escritório terceirizado.

### 4.2 Perfil do gestor financeiro

Constatou-se que 51% dos gestores são homens e 49%, mulheres; 37% dos gestores possuem idade entre 31 e 40 anos, 26% de 21 a 30 anos, 25% de 41 a 50 anos, sendo que o restante, 12%, possui mais de 51 anos; 74% são proprietários da empresa em que atuam e 26%, funcionários. Em seguida, solicitou-se que os gestores financeiros informassem o grau de ins-  
trução.

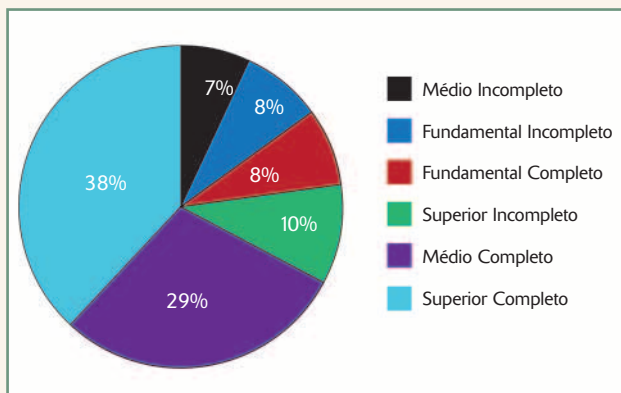


Figura 2 – Grau de instrução dos gestores financeiros das indústrias da amostra

Fonte: Elaborada pelos autores

Dos 89 gestores 43 afirmaram possuir ensino superior, sendo que 9 respondentes ainda não o concluíram. Dos 43 que afirmaram ter ensino superior, seja completo ou incompleto, 22 possuem formação em Administração, 10 em Contabilidade, 5 em História, 2 em Direito, 2 em Engenharia da Alimentação, 1 em Engenharia e 1 em Pedagogia.

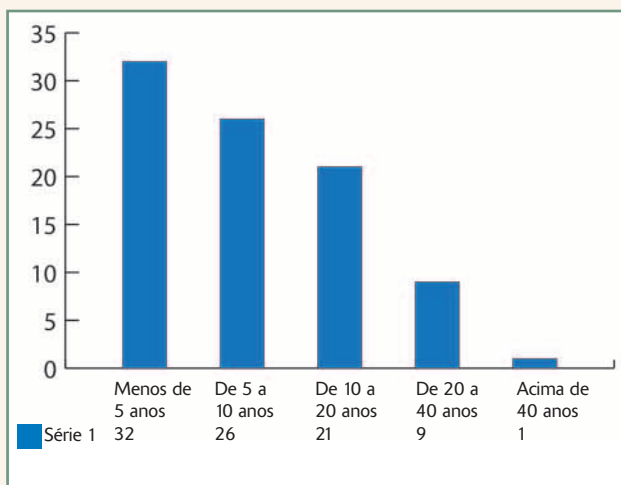


Figura 3 – Tempo de atuação como gestor financeiro

Fonte: Elaborada pelos autores

Quando questionados sobre o tempo em que atuam como gestores, 36% responderam que estão nesta área há menos de 5 anos e 29%, de 5 a 10 anos. Os demais possuem experiência superior a 10 anos.

### 4.3 Gestão de caixa

O terceiro e último módulo, denominado Gestão de Caixa, abrange questões relacionadas com controle de caixa, contas a receber e a pagar, imobilizado, investimentos, distribuição de lucros, empréstimos e orçamento de caixa, com a finalidade de identificar quais informações as empresas da amostra utilizam na gestão financeira.

A primeira questão deste módulo identificou que 87% da amostra possuem controle de caixa e 13% não têm controle

algum. De um total de 89 empresas, se 12 não possuem controle de caixa, pode-se considerar este número como significativo, pois se acredita que todas deveriam ter este controle, para evitar que passassem por problemas de caixa.

Entre as 12 empresas que afirmaram não fazer o controle de caixa, 10 possuem faturamento médio anual inferior a R\$ 120.000,00 e duas de R\$ 120.000,01 a R\$ 240.000,00, portanto, todas são microempresas.

Na segunda questão foi solicitado aos respondentes que assinalassem quais itens são considerados caixa, na opinião deles.

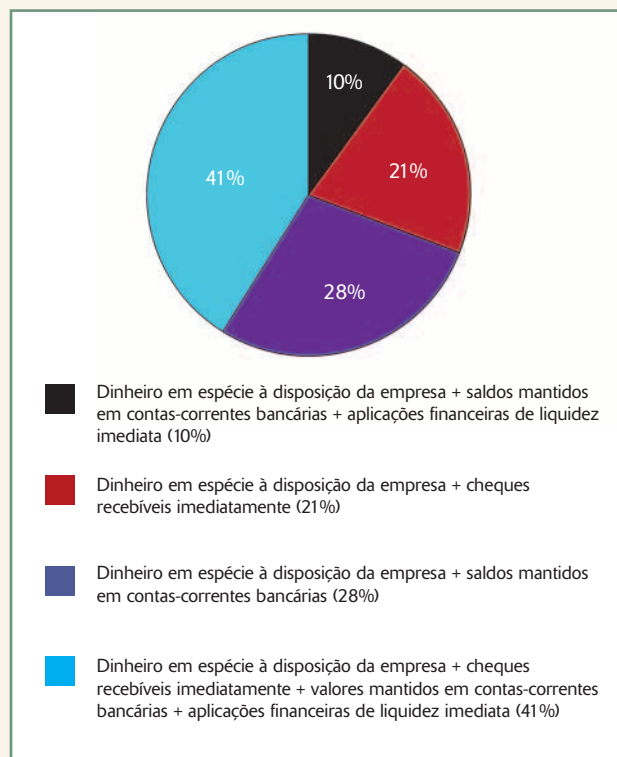


Figura 4 – Itens considerados como caixa

Fonte: Elaborada pelos autores

Como pode ser observado na Figura 4, a maioria dos respondentes, 41%, considera como caixa o disponível, conforme apresentado por Marion (2006), o qual engloba o caixa propriamente dito, ou seja, o dinheiro à disposição da empresa e os cheques recebíveis imediatamente, mais os equivalentes de caixa, que são os valores em conta-corrente e as aplicações financeiras de liquidez imediata.

Relacionando a opinião dos gestores sobre caixa e a sua formação, pode-se perceber que a maioria dos respondentes com ensino fundamental, seja completo ou incompleto, acredita que o caixa compreende apenas o dinheiro à disposição da empresa acrescido dos cheques recebíveis imediatamente. Já os gestores que possuem ensino médio ou superior, seja completo ou não, entendem que o caixa engloba o dinheiro à disposição da empresa, cheques recebíveis imediatamente, valores em contas-correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na terceira questão foi perguntado se as empresas determinam um valor mínimo a ser mantido no caixa, e os resultados

da pesquisa apontaram que 52% possuem um saldo mínimo definido e 48% não o possuem.

Apesar de a maioria das empresas disporem de um valor mínimo determinado a ser mantido no caixa, ainda são muitas as que não têm este valor fixado, o que pode ser considerado um problema, pois, conforme Assaf Neto (2008), há vários fatores que influenciam a necessidade de manter um nível mínimo em caixa, sendo os principais o motivo-transação, precaução e especulação.

Quando indagados se a empresa possui um valor mínimo determinado a ser mantido no caixa, 46 gestores afirmaram que sim; destes, 28 são mulheres e 18, homens.

Na quarta questão foi solicitado aos respondentes que apontassem qual o principal motivo para manter determinado saldo mínimo em caixa, sendo sugeridas três possíveis respostas, podendo ser assinalada apenas uma. As alternativas eram as seguintes: para efetuar os pagamentos oriundos das operações normais e certas da empresa (motivo-transação); pelo fato de que podem ocorrer despesas imprevistas e extraordinárias nos negócios (motivo-precaução); pela perspectiva de uma oportunidade futura de fazer negócios (motivo-especulação).

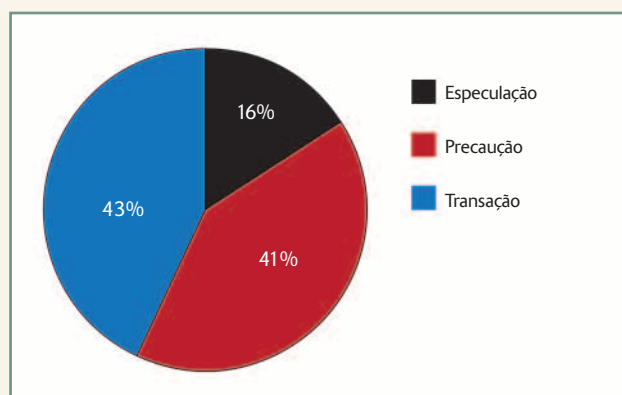


Figura 5 – Motivos para manter saldo mínimo em caixa  
Fonte: Elaborada pelos autores

Constatou-se que 43% dos respondentes apontaram como principal o motivo-transação, que de acordo com Assaf Neto (2008) é explicado pela falta de sincronização entre os momentos de recebimentos e vencimentos dos compromissos, e como tal sincronização é praticamente impossível, torna-se necessário manter recursos monetários em caixa para sustentar suas atividades normais. O segundo motivo mais citado foi a possibilidade de ocorrerem despesas imprevistas e extraordinárias nos negócios, o que corresponde ao motivo-precaução apresentado por Assaf Neto (2008). Percebe-se que os gestores ficaram divididos entre o motivo-transação e o motivo-precaução, com diferença de apenas um respondente a mais para o primeiro.

A quinta questão perguntou aos gestores se utilizam o desconto de duplicatas quando a empresa necessita de recursos, e constatou-se que 52% se valem desta forma de obter recursos, que, segundo Cherobim, Lemes Júnior e Rigo (2010), constitui maneira eficaz de cobrança, pois o banco aceita apenas as duplicatas de risco pequeno. Entre os que não se utilizam deste re-

curso figuram 48% das empresas.

A maioria dos gestores que afirma utilizar-se do desconto de duplicatas quando a empresa necessita de recursos são do gênero masculino (26 respondentes) e 20, do gênero feminino. Este fato pode ser reflexo da determinação de um valor mínimo a ser mantido no caixa, já que os homens não costumam definir este valor tanto quanto as mulheres, e por esse motivo, com a falta de recursos, precisam recorrer ao desconto de duplicatas.

Quanto ao monitoramento das contas a receber, abordado na sexta questão, verifica-se que a grande maioria, 98%, faz este monitoramento.

Analisando o monitoramento das contas a receber juntamente com o controle de caixa, pode-se perceber que as empresas que não fazem o controle das suas contas a receber também não realizam o controle de caixa.

Na sétima questão os respondentes deveriam assinalar se levam os requisitos apresentados em consideração ou não ao conceder crédito aos clientes. Os requisitos são os seguintes:

- Necessidade de recursos da empresa para se autofinanciar.
- Prazo a ser concedido (tempo em que a empresa está financiando o cliente).
- Risco do não recebimento.
- Política de cobrança da empresa.
- Análise do volume de vendas a prazo em relação ao total de vendas do período (proporção entre vendas à vista e vendas a prazo).
- Proporção entre o custo do produto ou serviço vendido em relação ao valor de venda.
- Sazonalidade das vendas.
- Regras atuais de crédito no ramo em que a empresa atua.

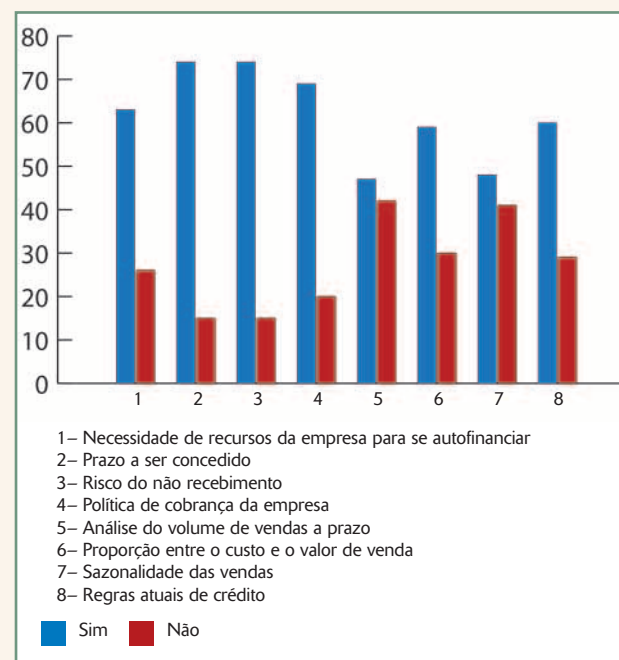


Figura 6 – Requisitos levados em consideração ao conceder crédito

Fonte: Elaborada pelos autores

Quando questionados sobre o controle das contas a pagar, a grande maioria (97%) afirma adotá-lo, enquanto apenas 3% não têm controle algum. Em todas as empresas que não fazem o controle das contas a pagar, constatou-se que o gestor financeiro responsável é também o proprietário.

A nona questão deste módulo perguntou aos gestores se estes tentam negociar os prazos com os fornecedores de acordo com os que são fornecidos aos seus clientes, pois Cherobim, Lemes Júnior e Rigo (2010) afirmam que a empresa deve sempre tentar negociar com fornecedores prazos pelo menos iguais aos que oferece a seus clientes para que seu prazo de pagamento aos fornecedores seja maior ou igual ao de recebimento de clientes, não prejudicando, desta forma, a saúde financeira. Constatou-se que 60% dos gestores procuram negociar os prazos com fornecedores de acordo com os prazos concedidos aos clientes, mais ainda é alta a margem de gestores que não fazem esta negociação.

Comparando esta questão com o tempo em que os gestores atuam na área de gestão financeira, verifica-se que dos respondentes que negociam os prazos, a maioria está há menos de 5 anos na área, e dos que não fazem esta negociação, a maioria atua entre 5 a 10 anos como gestor.

A décima questão indagou se o gestor de compras da empresa consulta a área financeira no momento da compra, e os resultados mostram que em 83% da amostra esta consulta é realizada, restando 17% em que não é feita.

Confrontando o entrosamento da área de compras e financeira com a relação do gestor financeiro com a empresa, percebe-se que das 15 empresas em que não há este entrosamento, em 13 delas o gestor é o proprietário e em duas, funcionário.

Conforme Cherobim, Lemes Júnior e Rigo (2010), os impostos, tributos e taxas exercem grande influência na gestão financeira das empresas, portanto, torna-se necessário fazer um planejamento tributário e estar atento a oportunidades que podem reduzir a carga tributária de forma legal, maximizando assim os seus recursos. Porém, os resultados desta pesquisa mostram que ainda é grande o número de empresas que não fazem um planejamento tributário, o correspondente a 36% da amostra; a maioria, 64%, afirma fazer este planejamento.

Cruzando as informações sobre as empresas que não fazem o planejamento tributário com o gênero dos gestores, constatou-se que em 21 empresas os gestores são homens, e em 11, mulheres, evidenciando que os homens se preocupam menos com esta questão do que as mulheres.

A décima segunda questão do módulo teve o objetivo de verificar se as empresas analisam o quanto podem gastar com salários ao admitir um novo funcionário ou fazer algum reajuste salarial. Os resultados apontam que 91% das empresas fazem esta análise, e apenas 9% não analisam o quanto podem gastar com salários.

A décima terceira e a décima quarta questões têm relação com o imobilizado. A primeira questionou os gestores se a empresa possui algum controle do imobilizado, visando o estabelecimento de um ponto ideal de investimento a fim de gerar maior

rentabilidade. Constatou-se que a maioria das empresas tem estabelecido um ponto ideal de investimento no imobilizado, figurando 58% dos respondentes, porém ainda é grande o número, 42%, das que não adotam o proposto por Tung (2001), quando afirma que o estabelecimento deste ponto é vital para o desenvolvimento das empresas, pois qualquer excedente de investimento no imobilizado, ou do contrário, a falta deste, pode prejudicar a rentabilidade.

Já a outra questão sobre imobilizado averiguou se as empresas controlam ou não a vida útil dos bens para evitar prejuízos com o alto custo de manutenção. O resultado aponta que a maioria das empresas faz este controle (57%), mas como na questão anterior, ainda é alto o índice das que não o mantêm.

A décima quinta questão teve por finalidade identificar se há investimento do excedente de recursos financeiros que possuem com a expectativa de obter retornos. Verificou-se que 52% das empresas assim o fazem, mas 48% decidem por não fazer empréstimos a terceiros ou investimentos.

A próxima questão foi destinada às empresas que responderam sim na décima quinta questão, e apurou quais requisitos elas analisam ao emprestar ou investir os recursos excedentes. Os cinco requisitos mais considerados são, em ordem de preferência: o retorno que trará para a empresa, o impacto que irá causar, a opção mais atrativa, e empatados, o risco envolvido e a viabilidade econômica.

A décima sétima questão perguntou se, na opinião dos gestores, havia diferença entre lucro e resultado de caixa. A maioria, 85%, respondeu que sim, há diferença entre lucro e resultado de caixa, e o restante, 15%, afirmou que não há esta diferença.

Relacionando a opinião dos gestores quanto à diferença entre lucro e resultado de caixa com a sua formação, constatou-se que dos 13 que afirmaram não existir esta diferença, 6 possuem ensino médio, 4 fundamental, e 3 superior, o que mostra que neste ponto os gestores mais bem informados são aqueles com ensino superior.

A décima oitava questão, sobre distribuição de lucros, apresentou duas alternativas e o respondente deveria assinalar em qual delas a empresa se enquadra: (a) distribui lucros quando há sobra de caixa; ou (b) analisa a liquidez e a posição de caixa, planejando o volume e a maneira certa para distribuir lucros. A maioria, 84%, afirmou que, antes de tomar a decisão de distribuir lucros, os gestores levam em consideração a liquidez da empresa.

Os gestores proprietários das empresas são os que mais distribuem lucros sem analisar a liquidez e a posição de caixa, compreendendo 12 dos 14 respondentes que assinalaram a primeira alternativa na décima oitava questão.

A décima nona e a vigésima questão buscaram identificar que tipo de empréstimos, se de curto ou longo prazo, as empresas preferem para cobrir deficiências no caixa e fazer melhorias, respectivamente.

Constatou-se que, quando se trata de captar recursos para cobrir deficiências no caixa, a preferência da maioria é por empréstimos de curto prazo, 93% dos respondentes, e 7% preferem os empréstimos de longo prazo para esta finalidade.

Quando o objetivo é fazer melhorias na empresa, 56%



dos gestores afirmaram que optam por empréstimos de longo prazo, enquanto 44% ainda preferem os de curto prazo.

Esta questão mostrou uma realidade um pouco diferente da esperada, pois, conforme Groppelli e Nikbakht (2001), para aumentar a capacidade produtiva, modernizar a empresa, introduzir equipamentos mais eficientes, melhorar as instalações, entre outras ações, geralmente são obtidos empréstimos de longo prazo, e o resultado da pesquisa mostra que ainda é alto o número de empresas que optam por empréstimos de curto prazo para esta finalidade.

A última questão verificou se as empresas realizam ou não orçamento de caixa. Constatou-se que 64% afirmam fazer este orçamento e 36% ainda não o fazem. Apesar de a maioria das empresas elaborar orçamento de caixa, ainda é grande o número das que perdem a oportunidade de projetar o seu caixa e com isso melhorar a situação financeira, pois, conforme Bomfim e Passarelli (2004), o orçamento de caixa pode prever as sobras do caixa, maximizando os lucros por meio do planejamento para a aplicação adequada destas sobras, eliminando, desse modo, perdas por inatividade de recursos.

Das 57 empresas que afirmam fazer o orçamento de caixa, 30 ainda necessitam utilizar-se do desconto de duplicatas diante da necessidade de recursos. Estas empresas, apesar de realizarem o orçamento de caixa, não estão conseguindo estimar os recursos de que necessitam para dar continuidade às operações, precisando recorrer ao desconto de duplicatas.

A maioria das empresas que faz o orçamento de caixa, 36 do total de 57, também tenta negociar os prazos para pagamentos a fornecedores de acordo com os que concedem aos seus clientes. Provavelmente, isso se deve ao fato de o orçamento de caixa, de acordo com Moraes e Sá (2005), permitir que a empresa verifique o impacto causado pela sua política de financiamento aos clientes em seu caixa.

O planejamento tributário também é realizado pela maioria das empresas que promovem o orçamento de caixa, 44 das 57 o fazem. No que se refere a analisar o quanto podem gastar com salários ao contratar novos funcionários e ao fazer algum reajuste salarial, constatou-se que tal apuração é feita por 55 das 57 empresas. Esta realidade mostra que as empresas que fazem o orçamento de caixa, em sua maioria, são realmente organizadas quando a questão é a gestão de caixa.

Um dos objetivos do orçamento de caixa, conforme Moraes e Sá (2005), é a verificação de quanto a empresa pode investir em imobilizado, e o resultado da pesquisa mostra que a maioria das instituições que fazem o orçamento de caixa o utiliza para esta finalidade, pois de um total de 57, 40 estabelecem um ponto ideal de investimento no imobilizado, o que nos leva a acreditar que este é feito por meio do orçamento de caixa.

De acordo com Moraes e Sá (2005), outra finalidade do orçamento de caixa é verificar se a política de distribuição de dividendos é compatível com a capacidade de geração de caixa da empresa, e o que se pode perceber com os resultados da pesquisa é que a maioria que faz o orçamento de caixa realmente analisa a liquidez e a posição de caixa da empresa antes de distribuir lucros, planejando o volume e a maneira certa para esta

distribuição, alcançando 50 de um total de 57 empresas.

Entre as 57 que fazem o orçamento de caixa, em 30 delas os gestores possuem ensino superior, em 20, ensino médio e em 7, ensino fundamental. Comparando estes dados com a quantidade de gestores que cada nível de ensino abrange, pode-se dizer que 70% dos gestores com ensino superior fazem o orçamento de caixa, 63% dos que possuem ensino médio também o fazem, e por fim 50% dos gestores com ensino fundamental. Portanto, conclui-se que quanto maior o nível de formação, maior o número de gestores que promovem o orçamento de caixa.

Isto significa que o orçamento de caixa é feito por 63% dos gestores que estão há menos de 5 anos na área; 81% dos que atuam de 5 a 10 anos; 52% dos que se encontram na faixa entre 5 a 10 anos no cargo; e 56% dos que já possuem mais tempo de empresa, entre 20 e 40 anos. O único gestor atuante na área há mais de 40 anos não realiza o orçamento de caixa.

## 5 CONCLUSÃO

Um dos objetivos desta pesquisa foi identificar o perfil das micro e pequenas indústrias da cidade de Marechal Cândido Rondon – Paraná, o qual compreende o número de funcionários, faturamento médio anual e o tipo da contabilidade. Os resultados apontam que as empresas da amostra se caracterizam por possuírem até 10 funcionários e faturamento médio anual que varia de R\$ 120.000,00 até R\$ 240.000,00. E, em todas as empresas da amostra, a contabilidade é feita externamente.

Outro objetivo era identificar o perfil do gestor destas empresas, que abrange o grau de escolaridade, curso de formação, gênero, idade, o tempo de atuação e a relação com a empresa. Constatou-se que grande parte possui ensino superior, sendo a maioria em administração, com faixa etária de 31 a 40 anos, atuação há menos de 5 anos na área de gestão e também são proprietários da empresa que administram. Quanto ao gênero, ficou bem equilibrado entre homens e mulheres.

No que se refere ao objetivo principal da pesquisa, o qual era identificar quais informações de natureza contábil são utilizadas na gestão do caixa das micro e pequenas indústrias da cidade de Marechal Cândido Rondon, apurou-se que as informações mais utilizadas são: o controle de caixa, monitoramento das contas a receber, controle das contas a pagar, consulta da área de compras à área financeira, análise dos recursos a serem investidos em salários, e análise da liquidez e da posição de caixa para planejar o volume e a maneira adequada na distribuição dos lucros.

As informações menos utilizadas são: a determinação de um valor mínimo a ser mantido no caixa, a negociação com fornecedores de prazos para pagamento de acordo com os prazos concedidos aos clientes, planejamento tributário, estabelecimento de um ponto ideal de investimentos no imobilizado, controle da vida útil dos bens do imobilizado e a realização do orçamento de caixa.

Em relação à concessão de crédito aos clientes, as informações mais utilizadas se referem à necessidade de recursos da empresa para se autofinanciar, o prazo a ser concedido, o risco

do não recebimento e a política de cobrança da empresa. Já as menos utilizadas dizem respeito à análise do volume de vendas a prazo em relação ao total de vendas do período, a proporção entre o custo do produto vendido em comparação ao valor de venda, a sazonalidade das vendas e as regras de crédito no ramo em que a empresa atua.

Ao fazer investimentos, praticamente todas se utilizam de informações relacionadas ao valor do dinheiro no tempo, o impacto que irá causar na empresa, o risco envolvido, o retorno que trará, o momento adequado, a viabilidade econômica e a opção mais atrativa para a organização.

Como recomendações para próximas pesquisas na área de gestão de caixa sugere-se verificar se as empresas passam por problemas de caixa limitado, a fim de identificar se o modo como administram o caixa é eficiente ou não. Outra sugestão é a de averiguar se a contabilidade fornece relatórios e informações que auxiliem no processo de gestão. Recomenda-se também verificar se as empresas que realizam o orçamento de caixa fazem a comparação entre o orçado e o real.

Por fim, espera-se que esta pesquisa proporcione aos leitores o entendimento da importância de conhecer quais as informações de natureza contábil utilizadas pelas micro e pequenas indústrias na gestão do caixa, visto que o objetivo da contabilidade é fornecer ao usuário informações úteis para o processo decisório.

**empresarial:** como elaborar e analisar. São Paulo: IOB – Thomson, 2004.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 123**, de 14 de dezembro de 2006. Brasília – DF, 14 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2009.

CARDEAL, Josemeire Dantas. **A administração de Caixa em empresas de pequeno porte:** estudo de casos no setor hoteleiro de Salvador – BA. Salvador, 2006. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica) – Universidade Salvador. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/184.pdf>>. Acesso em 09 set. 2010.

CHAVES, Francisco José Santos. **Orçamento de caixa como ferramenta para tomada de decisão financeira das empresas de confecção inseridas no Arranjo Produtivo Local de Piri-piri.** Instituto de Estudos Empresariais, Teresina, 2005. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/69a5e2bb919eaf2e832574b0004bda60/bc5a58ffcb3be3a8325736f0068fd6a/\\$FILE/NT000361F2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/69a5e2bb919eaf2e832574b0004bda60/bc5a58ffcb3be3a8325736f0068fd6a/$FILE/NT000361F2.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2010.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa. **Administração Financeira:** princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COSTA, Fabio Moraes de; HAHN, Aucilene Vasconcelos; PIRES, Mirian Albert. **Atendimento das necessidades de informações para a tomada de decisão em pequenas e médias empresas:** análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente aos seus objetivos. Espírito Santo, 2004. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/416.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

FEDEL, Lucas Barbosa; SCHUCK, Samuel; ZANCHET, Aládio. **Fornecimento e utilização de informações contábeis no processo decisório das pequenas empresas.** In: Anais do II Encontro Científico de Ciências Sociais Aplicadas – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon: Coluna do Saber: 2007, 1CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Demanda pelos serviços prestados pelos escritórios de contabilidade e a satisfação de seus clientes.** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

FERREIRA, Ademilson; SILVA, Jairo Barbosa de. A importância do fluxo de caixa como ferramenta fundamental na média e pequena empresa. **Revista Científica Eletrônica de Administração** São Paulo, ano VII, n. 12, 06/2007. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/adm12/pages/artigos/ADM-edic12-anovii-art02.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2010.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIPECAFI). **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira.** Tradução da 10. edição por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira.** Tradução da 3. edição por André Olímpio Mosselman Du



**Luana Bruxel Heinen**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste (2010).



**Dione Oleszczuk Soutes**

Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste dos Programas de Pós-Graduação PGDR (Francisco Beltrão – PR) e PPGA (Cascavel – PR). Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2010).

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. \_\_\_\_\_ **Finanças corporativas e valor.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BOMFIM, Eunir de Amorim; PASSARELLI, João. **Orçamento**

Chenoy Castro. São Paulo: Saraiva, 2001.

KASPCZAK, Márcia Cristina de Mello; SCANDELARI, Luciano. **Grau de utilização dos sistemas de fluxo de caixa na administração financeira das micro e pequenas empresas da cidade de Ponta Grossa.** Ponta Grossa, 2006. Disponível em: <<http://www.docstoc.com/docs/37378559/Grau-de-utiliza%C3%A7%C3%A3o-dos-sistemas-de-fluxo-de-caixa>>. Acesso em: 09 set. 2010.

KOTESKI, Marcos Antonio. As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro. **Revista FAE BUSINESS.** Curitiba, n. 8, 05/2004. Disponível em: <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v8\\_n1/rev\\_fae\\_v8\\_n1\\_03\\_koteski.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_03_koteski.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2010.

LACERDA, Joabe Barbosa. A contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira das micros, pequenas e médias empresas (MPMEs): necessidade e aplicabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília, ano XXXV, n. 160, p. 39-53, jul./ago. 2006.

MACHADO, Márcio André Veras; SILVA, Hellen Nunes da. **Análise das políticas de administração financeira de curto prazo:** o caso da Guida Confeccões. Paraíba. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos22005/438.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORAES, José Rabello de; SÁ, Carlos Alexandre. **O orçamento estratégico:** uma visão empresarial. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

OLIVEIRA, Everaldo Leonel de; SPESSATTO, Giseli; TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. **Fluxo de caixa como instrumento de controle gerencial para tomada de decisão:** um estudo realizado em microempresas. Blumenau. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhos-PDF/4.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2010.

PARANÁ tem 218 mil pequenas empresas. **Jornal O Presente,** Marechal Cândido Rondon – Paraná, 06 out. 2009.

PEREIRA, Franciele Amaro; SOUZA, Zilmar José de. Análise da Gestão do Capital de Giro em uma Empresa de Médio Porte da Região de Ribeirão Preto (SP): um estudo de caso. In XI Seminário em Administração (SemeAd) – empreendedorismo em organizações 28 e 29 agosto 2008. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/184.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2010.

QUEIROZ, Luziana Maria Nunes de. **Investigação do uso da informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas.** Rio Grande do Norte, 2005. Disponível em: <[http://www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes/mest\\_dissert\\_060.pdf](http://www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes/mest_dissert_060.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2009.

TUNG, Nguyen Huu. **Controladoria financeira das empresas: uma abordagem prática.** 9. ed. São Paulo: Edições Universidade-Empresa: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa:** uma decisão de planejamento e controle financeiros. Porto Alegre: D. C. Luzzatto Editores Ltda., 1986.

**CERTYFÁCIL**  
Certificados Digitais  
Autoridade de Registro



[www.certyfacil.com.br](http://www.certyfacil.com.br)



## OPORTUNIDADE - CERTYFÁCIL

Para você que deseja trabalhar com Certificação Digital e aumentar a renda do seu escritório.

É um mercado crescente e fácil de ser explorado através das Autoridades de Registros. Você pode participar da nossa rede como: Revendedor, Parceiro Contábil, Agente de Registro e ou Posto Avançado.

A Certifácil trabalha com todos os tipos de Certificados Digitais emitidos pelas mais variadas Autoridades Certificadoras inerentes à Conectividade Social, RFB, NF-e, CT-e, SPED, Siscomex, OAB, Cartórios, etc. e Segurança de Web - SSL.

Os interessados em ingressar na rede Certifácil poderão entrar em contato pelo Telefone **31-3742-1176** ou e-mail **[contato@certifacilcertificados.com.br](mailto:contato@certifacilcertificados.com.br)**.

**Preços Especiais para Associados de Associações, Entidades de Classes e Sindicatos conveniados à Certifácil. Para convênios, entre em contato Telefone 31-3742-1176 ou email: [acfsocial@yahoo.com.br](mailto:acfsocial@yahoo.com.br)**

